

DGS estuda uso obrigatório de máscaras na rua e para crianças a partir dos 6 anos



A Direcção-Geral da Saúde (DGS) vai estudar o uso obrigatório de máscaras na rua e em crianças a partir dos seis anos, avançou ontem Graça Freitas.

Na conferência de balanço da pandemia de Covid-19, a Directora-geral da Saúde disse que a DGS está “neste momento a rever as máscaras em três aspectos importantes”.

Um desses aspectos tem a ver com a utilização obrigatória de máscara em lo-

cais públicos. Graça Freitas afirma que é preciso “fazer distinção entre espaços públicos que são frequentados por várias pessoas em simultâneo que podem ter tratamento de espaço público aberto e pouco frequentado”.

“Temos de ter a noção do risco. Sempre dissemos que íamos implementar medidas de segurança proporcionais ao risco. Ir para uma rua movimentada de uma cidade é diferente do que passear o

cão às 22h00 numa zona não movimentada. Teremos que ter esse bom senso e sentido de proporcionalidade”, sublinhou.

Graça Freitas adiantou que a Organização Mundial de Saúde emitiu uma nova orientação que diz respeito ao uso de máscaras para crianças a partir dos seis anos de idade.

“Esse é um factor que estamos a estudar, a DGS com os seus colaboradores, sobretudo na área da pediatria, mas também na área do programa de prevenção e controlo da infecção”, explicou a responsável.

O terceiro aspecto que está a ser revisitado pela Direcção-Geral da Saúde está relacionado com a eficácia das máscaras.

“Começam a existir estudos sobre a eficácia de determinado tipo de máscaras e mesmo que não saia em orientação poderá sair uma informação que permita às pessoas utilizar as máscaras que têm à disposição de forma informada e depois poderem optar por utilizar um tipo ou outro”, adiantou Graça Freitas.

Sobre o regresso às aulas, a Directora-geral da Saúde acredita que haverá disponibilidade para “encontrar soluções alternativas” para professores e alunos pertencentes a grupos de risco.

Graça Freitas afirma que os preparativos para o regresso às aulas em tempo de pandemia de Covid-19 são um “pro-

cesso contínuo”.

O novo ano lectivo arranca a 14 de Setembro e alguns directores dizem ter dificuldade em elaborar os horários por falta de orientações para alguns casos específicos.

“O regresso às aulas foi programado e feito um grande trabalho pelo Ministério da Educação e a Direcção-Geral da Saúde. Foram criadas orientações. O que acontece neste momento é que se está a preparar a operacionalização das orientações. É natural que possam ser revistas para resolver questões”, explica a directora-geral da Saúde.

“Estou certa que pela parte dos ministérios da Saúde e Educação haverá disponibilidade para encontrar soluções alternativas para professores e alunos pertencentes a grupos de risco”, salientou.

401 novos casos e seis mortes

Portugal registou mais seis mortes e 401 novos casos de infecção por Covid-19 em 24 horas, indicou o boletim epidemiológico revelado ontem pela Direcção-Geral da Saúde (DGS). É o maior aumento de novas infecções desde 10 de Julho. O número total de óbitos aumenta, assim, para 1.815 e o de infecções para 57.074 desde a chegada do novo coronavírus ao país, no início de Março.

40% dos portugueses com consultas canceladas durante confinamento tinham a saúde fragilizada

Cerca de 40% dos cidadãos portugueses que reportaram ter tido consultas canceladas durante o estado de emergência já tinham a saúde fragilizada de alguma forma. A conclusão é de um inquérito a nível europeu levado a cabo pelo Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) da Universidade de Coimbra.

Segundo dá conta o Expresso, desses 40% de pessoas que autoavaliaram a sua saúde como inferior a “boa”, e onde se incluem aqueles que são doentes crónicos, 14% admitem mesmo que o seu estado de saúde piorou durante o período do confinamento - sobretudo entre 15 de Abril e 15 de Maio - em relação ao mesmo período do ano passado. Se Portugal for retirado da equação, as percentagens são bem menores: só 25% dos cidadãos europeus doentes é que pensam ter sido afetados pelo cancelamento de consultas, e apenas 9% diz ter visto a sua saúde piorar naqueles mesmos 30 dias.

Já no que diz respeito àqueles que não tinham consultas marcadas, 81% dos inquiridos portugueses diz que a sua saúde se manteve igual durante os dias mais cerrados da pandemia, uma percentagem próxima da europeia.

Para Cláudia Costa, uma das investigadoras responsáveis pelo inquérito, estes resultados são “expectáveis”. “Durante o confinamento o ministério focou-se, e bem, na Covid-19, mas isso

traduziu-se num abandono dos outros doentes, sobretudo os doentes crónicos”, disse ao Expresso esta especialista em geografia da saúde. A isto juntam-se os “graves problemas” do país no acesso e utilização dos cuidados de saúde primários (centros de saúde), bem como a “baixa literacia em saúde” - também por uma população ser bastante envelhecida.

Segundo o Portal de Transparência do SNS, só em Julho os centros de saúde nacionais realizaram menos 940 mil consultas em comparação com o mesmo mês do ano passado. No total dos últimos três meses (Julho, Junho e Maio), foram feitas menos 2,7 milhões de consultas, uma queda de 53% em relação ao mesmo período de 2019.

Cláudia Costa relaciona estes elementos com outra conclusão do inquérito: apenas 7% dos portugueses reportou ter tido uma consulta por telefone. Nos restantes países essa percentagem salta, em média, para os 20%. Em comparação com 2019, nos últimos três meses o número de consultas não presenciais disparou 110% nos centros de saúde - mais de 2,6 milhões de contactos. No entanto, Rui Nogueira, Presidente da Associação Portuguesa de Medicina Geral, lembra ao Expresso que “a maioria das pessoas não considera um telefonema uma consulta.” “E, para mim, a consulta também pressupõe a presença do doente”, acrescenta.



Além das consultas, o inquérito foca-se em outros três indicadores: cirurgias, exames e tratamentos. Por exemplo, 53% dos inquiridos disse que tinha tido um tratamento cancelado no SNS. Nas contas europeias, esta percentagem foi de apenas 19%.

Em todos os indicadores os portugueses reportaram mais cancelamentos do que os cidadãos europeus - o que não significa que isso tenha acontecido

de facto, pois a contabilização das respostas dadas não substitui os números oficiais. O estudo ainda está a decorrer e tem recolhido dados de 30 países, praticamente todos na Europa. A amostra para o período entre 15 de Abril e 15 de Maio é de 1568 pessoas em Portugal e 1068 na Europa, 2636 no total. Em território nacional, foram auscultadas pessoas que residiam em áreas urbanas e também rurais.